

O erro premeditado

1) Parece haver uma lógica implacável, contrária aos interesses dos índios, na política da Fundação Nacional do Índio. 2) Com a saída dos irmãos Villas Boas o que aconteceria com o Parque do Xingu, vitrina de nossa política indigenista? Por Tiago Santiago

Estou cansado de ser covelo do índio. Com esta justificativa o sertanista Cotrim Neto se afastou da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em maio de 1972. Na semana passada, depois de entrar em contato pacífico com os índios Kreen-Acarore, após vários anos de paciente trabalho, Orlando e Cláudio Villas Boas anunciaram também seu afastamento. Com eles, serão sete os sertanistas afastados ou que se afastaram em menos de um ano. Sem contar numerosos funcionários burocráticos do órgão, que tomaram destino semelhante.

Se a vida não fosse tão caprichosa, não tivessem os homens a necessidade de viver suas experiências até a última esperança e, talvez, os sertanistas que ultimamente se afastam já o tivessem feito muito antes. O normal é ninguém se considerar derrotado antes de ter tido sua oportunidade de lutar. Mas o fato é que tudo que está ocorrendo podia ser previsto com razoável antecedência. Mais precisamente, a partir dos planos anunciados pelo general Bandeira de Melo ao assumir a presidência da FUNAI em substituição ao prof. Queiroz Campos.

A posse do general Bandeira de Melo foi em junho de 1970 e se deu num momento decisivo para os destinos da FUNAI, da Amazônia e dos índios, pois acabava de ser promulgado pelo presidente da República o PIN (Plano de Integração Nacional).

Quem leu a Portaria "E" n.º 02, de 12/1/71, do Boletim Administrativo da FUNAI, que todos os funcionários recebem, ficou sabendo que o índio entrara nos planos do PIN. O 4.º item da portaria diz:

"considerando que, no estágio tecnológico em que se encontra a sociedade nacional, há necessidade de desenvolvimento premente das comunidades indígenas, como conjugamento ao esforço integral da política governamental".

E o 5.º item:

"considerando que as minorias étnicas, como os indígenas brasileiros, se orientados por um planejamento bem definido, tornar-se-ão fatores participantes do progresso e da integração nacional como produtores de bens".

Pela Portaria n.º 01/N, de 25/1/71, do mesmo boletim ficou-se sabendo que a proteção do índio já não era a única nem a principal preocupação da FUNAI. O item I diz:

"A assistência ao índio, que deve ser a mais completa possível, não visa e não pode obstruir o desenvolvimento nacional nem os eixos de penetra-

ção para a integração da Amazônia". E quem ainda tinha alguma dúvida poderia tê-la desfeito mais adiante, em 21 de agosto de 1971, quando se acendeu o debate sobre a questão. O ministro do Interior, general Costa Cavalcanti, veio ao apoio de seu subordinado, reafirmando a radical mudança na atitude do órgão protetor do índio com a frase histórica:

"Tomaremos todos os cuidados com os índios. Mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso".

As belas teorias

O Brasil subscreveu e, ao ser fundada, em 1967, a FUNAI assumiu os princípios adotados pela Convenção Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1956, em sua resolução n.º 107:

1 - O respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais;

2 - Garantia da posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes, conforme a Constituição;

3 - A preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio no seu contato com a sociedade nacional;

4 - O resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas. (Os grifos são nossos).

Durante sua gestão (1967-1970), Queiroz Campos tentou pôr em prática esse programa. Testemunho disso são os vários parques e reservas indígenas cuja delimitação conseguiu que fosse aprovada pelo presidente da República da época. Queria estender a outras tribos a experiência vitoriosa do Parque do Xingu. Conseguiu poucos resultados favoráveis. Mas o que parece certo é que na época a FUNAI procurava adotar o ponto de vista do índio.

Ao ser subordinado ao Ministério do Interior, encarregado do desenvolvimento do interior do país, o órgão

protetor do índio já começava por enfrentar uma contradição de origem. Nas atuais condições, o programa da FUNAI colide com os interesses de outros organismos do Ministério, como a SUDAM, SUDECO, INCRA, etc. Se uma empresa requer terras para a implantação de projeto agropecuário, a tendência da SUDAM é ignorar se essas terras se encontram em região de índios. E no debate que então se trava dentro do Ministério, a FUNAI tem menos possibilidades de ganhar. Isso já acontecia até mesmo no tempo de Queiroz Campos.

E foi o que continuou acontecendo nos anos seguintes. A FUNAI não impediu a construção de uma estrada cortando o Parque Nacional do Xingu quase pelo meio. Não impediu que o traçado da Transamazônica passasse praticamente dentro das aldeias dos Paracaná, Suruí e outras tribos do Pará. Dois anos depois, 40 Paracaná haviam morrido por tuberculose, oito ficaram completamente cegos pela blenorragia e oito crianças morreram numa epidemia de deslúria. Em novembro de 1972 os jornais noticiaram que 20 Suruí já tinham morrido atacados de tuberculose.

A FUNAI cedeu ao grupo Sanchez Galdeano, associado com empresas estrangeiras, o privilégio de exploração de estanho na reserva dos Cinta-Larga, no Parque Aripuanã, no norte de Mato Grosso. O sertanista Apoena Meireles comentou (o que lhe custou uma suspensão):

"Há hoje uma penosa realidade no Aripuanã... em menos de quatro anos suas terras (dos Cinta-Larga) já começaram a ser devastadas, as epidemias já deixaram suas marcas e muitos deles já tombaram na longa estrada onde encontram a miséria, a fome, a prostituição de suas mulheres, o fim de seus sonhos".

Os Xavante foram afastados de suas terras em Areões, Mato Grosso, que foram transformadas em pastagens para o gado de grandes fazendas. O general Costa Cavalcanti justificou

a medida com uma frase definitiva: "Os Xavante não precisam de tanta terra". E o sertanista Euvaldo Gomes, que se opôs à transação, foi silenciosamente afastado.

A renda indígena que, segundo a nova mentalidade "desenvolvimentista", passou a ser concentrada para aplicação em projetos específicos "rentáveis" com a exploração da mão-de-obra indígena, reduziu o poder aquisitivo das comunidades tribais. E os projetos rentáveis implantados nos últimos três anos, no Rio Grande do Sul e em Goiás, deram pesados prejuízos.

Assim, quem não conseguiu entender o que pretendiam dizer as portarias do Boletim Administrativo, acabou compreendendo ao viver suas consequências.

Tomando posição

Resumindo: a formação das fazendas; as concessões de áreas para mineração; e a abertura de estradas, como a BR 80, que corta o Parque do Xingu, da Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que atravessam regiões de 3.500 índios, e da Petrolina Norte, que cortará de ponta a ponta área habitada por mais de 20 mil índios, precipitou os contatos interétnicos descontrolados, nos últimos anos, na Amazônia. Os últimos índios que viviam em relativa paz estão se vendo agora na mesma situação de seus irmãos de toda a América pré-colombiana que um dia foram cercados e atingidos com extrema violência por um processo de mortandade, descaracterização cultural e destruição.

No seu desencanto, o sertanista Cotrim Neto definiu assim o papel da FUNAI nesse processo:

"A FUNAI age, simplesmente, como guarda pretoriana desse novo tipo de colonialismo interno, destruindo a civilização indígena para que outros grupos possam ocupar o território das tribos".

E concluiu:

"Não pretendo contribuir para enriquecimento de grupos econômicos às custas da extinção das culturas primitivas".

Em algum lugar, alguém chegou a falar de genocídio. Mas o que é genocídio? Segundo o artigo 2.º da Resolução n.º 96 da ONU, de 11/1/1948, entende-se por genocídio "qualquer dos atos mencionados a seguir, perpetrados com a intenção de destruição parcial ou totalmente, um grupo étnico, racial ou religioso, e não sejam:

- 1) matar membros do grupo;
- 2) infligir lesão grave à integridade física ou mental dos membros do grupo;
- 3) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência que provoquem a aniquilação física total ou parcial;
- 4) adoção de medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- 5) transferência forçada de crianças de um grupo a outro".

O que será da vitrina?

Com a saída dos Villas Boas quem cuidará do Parque do Xingu? Esta é uma pergunta que neste momento se fazem estudiosos e amigos dos índios, não só no Brasil, mas em muitas partes do mundo. Porque os Villas Boas deixaram de ser sertanistas para se tornarem, em razão de sua teoria indigenista, e ainda, de seu monumental trabalho, uma legenda de humanismo. Sua é justa, os resultados práticos e demonstram.

É difícil imaginar o Parque do Xingu sem os seus criadores. Talvez insuportável para os índios o Parque viver sem eles (toda a gente que tem menos de 27 anos hoje nasceu praticamente em suas mãos. E são incluídos aí cerca de 70% da população).

Mas já se disse que a vida é caprichosa, talvez haja quem venha bratar mais que todos essa triste apostoria: a FUNAI.

Porque a vitrina do Parque do Xingu foi sempre uma resposta adequada aos críticos estrangeiros da política indigenista, embora no país só estejam 2,5% da população indígena do país e haja uma enorme diferença entre a situação de vida das tribos e as outras. Basta dizer que o único lugar onde a população indígena "pacificada" está crescendo